

3

A cidade do Rio de Janeiro: Do atraso para a modernidade

“‘Tudo quanto é belo e nobre é o resultado da razão e do cálculo’”
Baudelaire³⁷

A sentença de Baudelaire pode ser aplicada ao pensamento de Luiz Edmundo de pelo menos, três formas distintas, no que se refere á cidade do Rio de Janeiro. Para começar, ela introduz, de maneira geral e concisa, um conceito de beleza típico de uma determinada modernidade: Aquela que se origina da atestação de que as mudanças acontecem rápidas e naturalmente, nos meios sociais, desde que envolvam, em seu processo, cálculo e planejamento. Com estas mudanças vão se desenvolvendo novas formas da sociedade se fazer presente no mundo, de ver e apreender o real. A beleza destas formas deriva, dentre outros fatores, de suas originalidades de apresentação e da simples possibilidade de percepção de que elas existem.

Em um segundo momento, a afirmação dá a estas mudanças um caráter positivo, na medida em que há um esforço racional para que estas, além de serem notadas, sejam incorporadas de forma consciente pelo homem moderno com o objetivo de melhorar aquilo que é naturalmente precário, ou bom, mas que pode, através do cálculo, tornar-se melhor.

Outro pensamento possível é o que se refere á potencialidade do indivíduo, e não necessariamente de uma coletividade, de ser capaz de retratar estas mudanças, ou seja, capturá-las, de forma única, e traduzi-las, de forma universal.

A universalidade da modernidade conteria traços de originalidade, beleza e melhora em tudo aquilo que faz parte da natureza, incluindo-se aí o próprio homem. Para reconhecê-la ao redor do mundo bastaria, assim, ser moderno, sendo que a utilização de hábitos modernos poderia, aos poucos, ir sendo incorporada naturalmente pelos demais habitantes da cidade, mesmo aqueles que não possuíssem consciência da existência de tal caráter.

³⁷ BAUDELAIRE, C., *Sobre a Modernidade*, p. 57.

A Modernidade, para Luiz Edmundo, manifesta-se, nestes três aspectos, procurando o autor, em suas obras em prosa, marcar sempre espaços de originalidade, por um lado, e a naturalidade de ser moderno, por outro.

O caráter fundamental da modernidade é justamente o da mudança. Se, para Luiz Edmundo, o homem influencia o meio, o mesmo se dá em relação ao meio influenciar o homem, fazer com que este se adapte e modifique seus costumes. Permito-me afirmar que, para o autor, enquanto um indivíduo for capaz de se adaptar ao meio de forma consciente, observando as mudanças de maneira positiva, vale dizer, necessárias e em certo sentido pertinentes simplesmente por serem mudanças, este estará de acordo com o seu tempo, vivo. A época deste homem é a época da modernidade. Sua característica básica é não ter tempo para acabar, pois a temporalidade da Modernidade é subjetiva, morre com a capacidade do homem moderno de reconhecê-la como tal.

No caso do autor, o nascimento de uma percepção de modernidade pode ser apreendido através da visão que este possui das reformas urbanas da cidade do Rio de Janeiro e da divisão histórica peculiar que constrói para explicá-lo.

Para ele há o período colonial e imperial, (anterior á modernidade, e ás mudanças). Á esta fase se segue um período presente ao das mudanças, onde se vê aqueles que defendem a permanência dos antigos hábitos e aparências coloniais, (os homens não-modernos), contra aqueles que a encorajam, (os modernos e corajosos homens de mudanças). Seu período presente, época onde atua de forma mais sistemática na vida literária, é o período posterior ao das mudanças, ocasião de adaptação e reconhecimento da Modernidade. Este último período é atemporal para Luiz Edmundo, já que o próprio não é capaz de perceber quando deixa de acompanhar e reconhecer uma determinada modernidade.

Isto não significa, entretanto, que o leitor de suas *memórias* não possa identificar, ao longo do texto, quando o autor começa a olhar para o passado com maior nostalgia e apreço, valorizando-o mais do que o período de mudanças pelo qual o mundo ocidental passa em um dado momento.

Seria, neste instante revelador, que se poderia notar que a “época” de Luiz Edmundo, como uma forma de expressão de Modernidade, havia perdido a sua vigência numa atualidade, o que se dá, neste caso particular, ao longo do final dos anos de 1950 e início de 1960.

O papel da cidade do Rio de Janeiro, na obra do autor, é fundamental para que se entenda como para ele a modernidade foi responsável, no Brasil, pela construção de uma identidade nacional que serviria como modelo de representação, no exterior, do cidadão brasileiro ideal: o homem cosmopolita e patriota.

Ser patriota, no sentido de valorizar o país e possuir características culturais peculiares seria um dos primeiros passos para que o homem nascido no Rio de Janeiro pudesse se reconhecer como moderno. Ser moderno, por extensão significaria se rebelar contra o passado histórico nacional, o do período colonial e imperial, onde a mão que guiava o desenvolvimento da cidade era a lusitana. Faltava á cidade uma identidade “brasileira” no entender do autor. Esta aflora e começa a se desenvolver com a proclamação da república e a reforma urbana de Pereira Passos.

È fundamental ainda ressaltar que o homem moderno brasileiro, apesar de não possuir fronteiras, possuía especificidades. Deveria ser um cosmopolita, sendo que, quanto mais cosmopolita, mais seria capaz de reconhecer o que seria tipicamente brasileiro. Ser brasileiro, em um campo histórico, (o do desenvolvimento nacional), onde todas as concepções culturais e econômicas são voltadas para o exterior, para Luiz Edmundo, chega muitas vezes a ser sinônimo de ser “moderno”. O que isto representaria, para o autor, de maneira mais breve e simples, seria possuir uma identidade á parte da identidade lusitana, por meio da assimilação e aceitação de manifestações culturais tipicamente brasileiras, como as músicas e as comidas de origem africana, além da criação e execução de toda uma série de códigos comportamentais novos em relação ao período anterior ao regime republicano.

Incorporar caracteres de outras culturas estrangeiras, como as culturas francesa e inglesa, ajudaria ainda na tarefa de conferir uma personalidade cosmopolita á cidade sem comprometer, em nada, qualquer espécie de desenvolvimento de um sentimento nacional. A peculiaridade deste sentimento estaria salva por ser ele mesmo o norte para a administração e a manutenção das

culturas estrangeiras na cidade. Tudo passaria pelo crivo da nacionalidade enquanto forma de expressão moderna.

A cidade do Rio de Janeiro deveria, deste modo, representar esta gama de nuances que seria símbolo, para o autor, de uma modernidade, podendo ser reconhecida como metrópole por qualquer moderno, principalmente os estrangeiros franceses e ingleses.

Vejam os a seguir como se dá o desenvolvimento da modernidade da Cidade do Rio de Janeiro e de seus habitantes para o autor, o que motivou a modernização da cidade em sua visão e o que significou esta mudança.

3.1 Antecedentes Históricos para a elaboração da Modernização da cidade

“A cidade, na alvorada do século XIX é o que tinha sido a 200 anos atrás: uma estrumeira”.³⁸
Luiz Edmundo

Seria correto afirmar, por uma determinada via que, para Luiz Edmundo, a modernização da cidade se torna viável porque os sistemas sociais que possibilitavam o funcionamento urbano da cidade, os modos de vida dos habitantes do período colonial e imperial, não tinham mais razão de ser em um dado momento, pois os tempos “eram outros”.

No plano político, a abolição da escravatura e a Proclamação da República comprovariam que havia a necessidade de se obter uma nova representação estética para a cidade e sua população. No plano social, a população que crescia demandava uma infraestrutura nova que desse conta, não apenas de suas necessidades básicas: como uma rede de águas mais ampla e eficaz, ruas mais largas e mais limpas e maior número de transportes, como também desejavam a criação de centros de convivência pública, como parques e teatros, que pudessem ser freqüentados por uma camada melhor guarnecida financeiramente da sociedade, que vinha aumentando até o início do século XX por conta do sucesso da alta produção de café.

³⁸ EDMUNDO, L., *O Rio de Janeiro do meu tempo*, p. 19.

Também deve ser citada a necessidade de determinados membros da sociedade letrada que, com a maior facilidade de obterem informações sobre países que exerciam enorme atração cultural sobre a cidade, como a França, clamavam por uma nova forma de aproveitamento e percepção do que deveria ser, afinal, uma cidade.

Para o autor, apesar de a República ter aberto portas para a execução do processo de modernização da cidade, não se tratava a ideologia política de um veículo de tal modo importante que fosse capaz de influenciar e modificar mentalidades e o meio.

Pelo contrário, mudanças de pensamento e de direções políticas seriam frutos, justamente, da percepção de alguns homens de que a Modernidade precisaria se manifestar de uma forma diferente. Posições políticas, fora este sentido, não importariam. Seriam equivalentes a convicções morais pessoais e indiscutíveis, como uma espécie de “fé”.

A leitura das *memórias* de Luiz Edmundo, texto que procura descrever muito mais a aparência física e o tipo de humor das pessoas de sua convivência do que fazer uma tentativa de construção histórica da economia e do pensamento político das personagens históricas que aborda, abre caminho para um entendimento de modernidade, ou até mesmo, do verdadeiro papel do intelectual no meio social, que nada teria a ver, para o autor, com política. Contudo, ambos, tanto o papel do intelectual na sociedade quanto a sua capacidade de ser moderno e expressar a Modernidade típica que este absorve, se ligam, intrinsecamente, com a idéia da formação e construção, neste período, de uma história nacional. É como um momento histórico de ruptura com o “atraso” que a proclamação da república aparece como um dos primeiros golpes no projeto da execução da modernidade brasileira.

Assim sendo, o que representaria a proclamação da república para o autor?

“No dia 15 de novembro de 1889, enquanto era, no Campo de Sant’Ana, proclamada a República, eu despertava no Colégio Abílio, por um dia vulgar, sem apreensões e sem cuidados. (...). Só por ocasião da saída dos jornais da tarde foi que se soube que a República estava, realmente, proclamada – *O Dia*, numa local intitulada *Consumatum est*, em grandes letras, assim dizia: *À hora em que escrevemos estas linhas, celebram-se os funerais da monarquia brasileira*, e, num resumo, anunciava a implantação da República em nosso país. Outro jornal anunciava ainda, como certa, a deportação do decaído monarca.(...). Meu pai, que sempre fora republicano, alegrado, não cabia na pele de contente, enquanto que minha mãe, comovida, chorava. (...).

E a infalível Dona Engrácia, muito convencida e animada: - Fogo de palha, D. Joaninha, fogo de palha! (...) A senhora, então, acredita em jornais” ? ³⁹

O pai, que sempre apareceu como um homem “conformado” ao longo de suas *memórias*, no trecho acima aparece, curiosamente, como um amigo das mudanças.

A mãe, que possuía temperamento forte, chora, porque como mulher, é “emotiva” e não era portadora, até por criação, de consciência política.

A vizinha, D. Engrácia representaria o povo, que pouco teria consciência do que se passava e que possuía uma relação distante com os jornais, tanto por motivos financeiros como por serem, seus constituintes, em larga escala, analfabetos. A República chegara. Na visão de Luiz Edmundo ela chegara “tarde”, mas chegara. ⁴⁰ Sua importância é enorme, porque através dela poderiam ser tomadas medidas que tornariam viáveis a criação de uma nação e uma cidade que representasse esta nação, o Rio de Janeiro, de forma autônoma, brasileira e, acima de tudo, moderna.

Luiz Edmundo reconhece que, antes da Proclamação da República, ocorreram alterações na estrutura da cidade. Reforça em contrapartida, sempre que pode, que as mudanças significativas que aconteceram neste período anterior se deveram ou á iniciativa exclusivamente brasileira, como Mauá, por exemplo, a quem o autor dá todo o crédito pela introdução da iluminação a gás na cidade, em 1854, ou então a estrangeiros franceses e ingleses, que introduzem idéias como, para utilizar os exemplos do autor, a dos hotéis e das lojas maiores e organizadas, no caso dos primeiros, e da própria iluminação a gás e navios a vapor, no caso dos segundos. ⁴¹

Pode-se, neste momento, fazer uma reflexão para encaminhar o debate sobre a discussão do porquê do autor atribuir um surgimento de idéia de Modernidade somente após a proclamação da república utilizando-se, justamente, um dos maiores símbolos de ambiente urbano modelo da cidade: a Rua do Ouvidor.

A rua do Ouvidor do início do século XX, já era, para o autor e os demais habitantes da cidade do Rio de Janeiro, um símbolo de elegância e diferença, quando comparada ao resto da zona urbana da cidade:

³⁹ Id., *De um livro de memórias*, v. 2, p. 328.

⁴⁰ Ibid., v.1, p. 334.

⁴¹ Id., *O Rio de Janeiro do meu tempo*, v. 1, p. 24.

““Olhando para trás eu me revejo aos oito anos, vestindo á marinheira, calçando uns borzeguins baratos, cheios de ferros pelas gáspeas e um enorme chapelão de palha na cabeça, preso por um elástico ao pescoço. Puxado pela minha mãe, lá vou eu. Vou feliz...Vou á cidade, passear pela rua do Ouvidor””⁴².

Estamos, de acordo com a idade do autor, observando a rua do ponto de vista da lembrança que este tem do ano de 1886. Já era, neste período, o lugar mais movimentado e de maior elegância da cidade, de acordo com o relato do nosso observador.

Por lá sempre circulavam pessoas que portavam, pelo menos no vestir, certo ar de modernidade: vestiam-se á moda de Paris, em sintonia no que acontecia naquela cidade, o que ligava, de uma certa forma, o Brasil á França. Por que não pensar, então, que um dos maiores símbolos de bom gosto e moda da cidade fora criação do período Imperial, fazendo, deste modo, uma diferenciação entre os períodos históricos anteriores, o colonial e o imperial? Caso o raciocínio fosse pertinente, o pensamento de Luiz Edmundo a respeito de seu período de infância seria um tanto radical, assim como seria, supervalorizada a época que o autor considera como vital para o desenvolvimento da modernidade, o início do século XX, com a República.

Luiz Edmundo compreende, baseando-me nas informações por ele listadas nas obras lidas para o presente trabalho, que uma das maneiras de se perceber o modo pelo qual uma população qualquer vive e se estrutura, ou como os fez no passado, se dá através da sua simples observação do meio e das pessoas que a compõem. Como são as ruas? Como são as vestimentas do povo? São alegres? São contidos?

A cidade seria, desta forma, sobretudo o Rio de Janeiro que era capital do Império, a cara do povo no período imperial. No caso específico do Rio de Janeiro, a cidade não poderia representar o povo porque o elemento que a administrava era externo á cidade, português. O autor entende, portanto, que as formas de governar durante a colônia e durante o Império nada tinham em comum com a população brasileira, que só morava no país. Como explicar, então, o sucesso da Rua do Ouvidor

⁴² Ibid., p. 193.

e a sua diferença em relação ao resto da cidade? Seria a Rua do Ouvidor do período imperial, então, moderna por acidente?

O autor explica o fenômeno utilizando uma ferramenta por ele muito apreciada: a pesquisa histórica, que em seu caso possuía um caráter todo peculiar, como se verá mais adiante. Baseado na tal pesquisa, Luiz Edmundo diz que o processo de melhoramento da Rua do Ouvidor ocorre ainda na época em que reinava D. João VI. Fora, entretanto, no tempo de D. Pedro I que a rua realmente se afrancesou, com a chegada de parisienses que ali construíram suas lojas de novidades: cabelereiros e costureiras, que ligaram os cariocas, através da moda, á nação das Luzes.⁴³ Foram, por isso, os franceses, os verdadeiros responsáveis pelo raro toque de beleza urbana da cidade, e para não tornar seu leitor muito otimista, o autor ainda ressaltava:

““A rua, que a Municipalidade de então, (1901), chama Moreira Cezar e o povo, como sempre, Rua do Ouvidor, é apenas um pobre corredor entre tantos corredores da cidade, embora menos rústico que os outros, embora mais festivo, e, sobretudo, muito mais freqüentado””.⁴⁴

O tal corredor não seria representado, assim, pelos lusitanos, não sendo a rua, por este motivo, reflexo do modo lusitano de organizar e cuidar do ambiente da cidade, mesmo que a Municipalidade, como indica Luiz Edmundo, tivesse cuidados especiais em relação a esta rua que não possuía com as demais da cidade:

“Durante a monarquia do Imperador Pedro II, a celebrada rua ainda mais se afrancesou. Depois de 1880 vamos encontra-la francesa, como nunca. Os que mandavam no Município tinham por ela especialíssimos cuidados. Não se perdesse a prenda. Por ela não passavam carruagens, senão por horas determinadas. A vassoura, além disso, sobre o seu alinhado calçamento, era freqüente. Considerava-se a Rua do Ouvidor a ela se referindo prerrogativas especiais”.⁴⁵

A Rua do Ouvidor dos tempos de Pedro II não era moderna e nem poderia ser, para o autor, pela simples razão de não representar a cidade de forma planejada, de não ser cuidada por uma estrutura de organização urbana tipicamente brasileira e,

⁴³ Id., *De um livro de memórias*, p. 192.

⁴⁴ Id., *O Rio de Janeiro do meu tempo*, p. 72.

⁴⁵ EDMUNDO, L., loc. cit.

além disso, pelo dado histórico que a diferenciava das demais ruas, a influência francesa, não ter influenciado a forma pela qual os portugueses estruturavam o crescimento da cidade, desta forma plenamente moderna, apesar de possuir características: como a higiene, a beleza e a organização, típicas da modernidade.

Prova de que a existência de tal rua não representaria ruptura alguma com a forma de organização urbana do período seria o fato de que, ao longo da própria rua, o observador poderia extrair não somente exemplos de beleza. Havia também os exemplos de atraso, que logo o remeteriam à idéia que o autor tinha de cidade colonial:

“Quando se avança, entanto, um pouco mais para diante e vae-se além da linha que defronta a joalheria do Farani, no ângulo da Rua dos Ourives, (...), já se começa a sentir grande diferença. A vitrine não mostra mais a graça, o apuro e o bom gosto das primeiras que deixamos atrás; os homens das lojas, por sua vez, não parecem os mesmos. A caixeirada já se agita em mangas de camisa. (...). Em vez de vitrines ou de lojas, mesmo de apparencia regular, o que se vê é o armazém mal arranjado e sujo, com as resteadas de cebola dependuradas pelos tectos...”⁴⁶

E, com isto, o autor volta à colônia em uma simples caminhada. O sotaque, que no início da Rua do Ouvidor era francês, passa a ser português e o barulho alegre e aprazível do início da rua dá lugar aos gritos dos comerciantes, os berros dos vendedores ambulantes e á sujeira, “immundo quarteirão”⁴⁷, lamenta Edmundo.

Após a proclamação da República, a Rua do Ouvidor vai ganhar, aí sim, um novo caráter de modernidade, além daquele que lhe é conferido pela aparência de suas lojas, pela moda das mesmas e daquela desfilada pelos seus freqüentadores, sem contar com a graciosidade do seu “alinhado calçamento”, tão diferente do piso “pé-de-moleque” colonial, que, para o autor, parecia ter sido feito para os pés descalços dos escravos negros que durante tantos anos foram utilizados na cidade.

Piso em que os homens de pés descalços, escravos negros e brancos, (como os pobres imigrantes portugueses), “mal andam”.⁴⁸

Desenvolve-se ao longo do século XIX e principalmente durante a sua última década, uma relação de amor com esta rua que do mesmo modo, em certo sentido,

⁴⁶ Id., *O Rio de Janeiro do meu tempo*, p. 75.

⁴⁷ Ibid., p. 76.

⁴⁸ Ibid., p. 49 passim.

possuía uma relação com a moda e que, após a proclamação da república, vai ser responsável por conferir a este espaço um novo caráter: o de ser símbolo de uma modernidade intelectual, sendo os poetas, os filósofos das ruas e os artistas em geral os grandes agentes da modernidade.

Dentre o grande público que freqüentava este “beco estreito”, neste período e, sobretudo naquele que sucede a mudança de regime, poderiam ser encontrados vários representantes da vida literária brasileira, como Olavo Bilac, Machado de Assis, João do Rio e outras personalidades de “espírito” do tempo moderno.

Se, anteriormente, eram as lojas de roupas e fazendas, além do bem vestir de seus transeuntes, fatores que atraíam, de forma avassaladora, toda uma população carioca, pode-se acrescentar a esta lista, quando o Rio de Janeiro experimenta uma adequação á novidade de regime, também o bem falar, o falar em francês, (agora mais valorizado ainda do que antes por demonstrar sintonia com a Europa), e a atração que exerce, perante os “modernos” deste tempo, os cafés literários, as livrarias e as confeitarias. A Rua do Ouvidor passa a ser mais um dos grandes palcos da vida literária brasileira.

Lá se encontravam a Confeitaria Pascoal, local em que João do Rio conhecera, ainda adolescente, Olavo Bilac, além da livraria Garnier, freqüentada, dentre outros, por Machado de Assis, José Veríssimo, Coelho Neto e Joaquim Nabuco ⁴⁹, sem contar com outros endereços privilegiados pelos homens de letras que demonstravam uma nova relação entre estes homens e o espaço físico da cidade.

Como exemplo, Luiz Edmundo, o autor-chave para a compreensão do conceito de modernidade presentemente construído, não deixa de dar ênfase a alguns locais desta rua de construção de modernidade para a sua geração, como as confeitarias, as casas de bebidas finas e as redações de jornais que ali se situavam, como os imóveis da *Gazeta*, do *O Paiz* e o do *Jornal do Commercio*. ⁵⁰

A Rua do Ouvidor, assim como os demais espaços da cidade, deveria mudar aos poucos, com a república. A mudança de regime e as reformas urbanas da cidade representariam o início do processo histórico da descolonização do Brasil e o fim de

49BROCA, B., *A vida literária no Brasil – 1900*, p. 42.

50 EDMUNDO, L., op. cit., p. 74 et. seq.

determinadas influências negativas que, para Luiz Edmundo, foram herdadas de nossos irmãos lusitanos.

No aspecto físico da cidade a grande vedete foi a reforma urbana de Pereira Passos e a sanitária de Oswaldo Cruz. Já no plano da personalidade pessoal, o grande herói da República, para o autor era, sem sombra de dúvida, Floriano Peixoto, cuja ação permitiria, anos depois, converter a cidade colonial em uma linda metrópole.

3.2. A República se impõe: Viva Floriano Peixoto

Realmente, o Governo Provisório, nesta fase inicial do regime tomou importantes decisões no que dizia respeito a uma tentativa de apropriação das rédeas políticas brasileiras e que, para a população letrada, da qual fazia parte o autor e uma série de intelectuais de sua geração, representaram um marco em relação á ruptura de costumes, políticos e sociais.

Pode-se imaginar o que significou, por exemplo, a introdução da faixa positivista “Ordem e Progresso” na bandeira da nova República dos Estados Unidos do Brasil, para alguns destes intelectuais, que diferentemente de Luiz Edmundo, possuíam um projeto político para o país e se articulavam, procurando a melhor forma de executá-lo. Também é cabível pensar no projeto chamado a “Grande naturalização”, pelo qual passara a ser brasileiro todo o estrangeiro que residisse no país e que não desejasse manter sua nacionalidade anterior.

As forças militares ganham grande importância, pois através delas foram monitorados os jornais que reclamavam do novo regime e exaltavam o Império e, com o seu auxílio, são proclamadas, por exemplo, a separação entre a Igreja e o Estado, em 1890, regulamentando-se o registro e o casamento civil, além da declaração de liberdade de cultos.

A doutrina positivista influencia, com grande força, o regime militar, além da maciça propaganda republicana feita por uma alta elite intelectual brasileira, e o que estas medidas significaram para a população, tanto para a sua parte consciente quanto

para a inconsciente, através da obra de Luiz Edmundo aqui analisada, foi o nascimento efetivo de um sentimento nacional.⁵¹

Sentimento este vinculado à força e briga, (talvez pela influência dos positivistas que acreditavam ser a ditadura e o governo pela força a melhor maneira de se administrar o novo regime), dado responsável por um sentimento de amor à terra brasileira todo peculiar para os habitantes da cidade.

Dar vazão a este sentimento seria se apropriar, no plano político, das decisões tomadas no país, política de brasileiros para brasileiros.

Em outro sentido, como deixa claro o autor ao longo da obra *O Rio de Janeiro do meu Tempo*, seria saber privilegiar o interesse da população brasileira dentro do território nacional, ao invés de, como se fazia na época colonial e no período império, dar prioridade aos estrangeiros – principalmente os portugueses, nos aspectos mais banais da vida da cidade.

A forma de proceder portuguesa em relação às terras brasileiras, sua falta de interesse, de organização e de preocupação para com o restante da população, era historicamente natural, de acordo com Luiz Edmundo.

O português vem para o Brasil, desde que aqui a família real desembarcou, em 1808, para enriquecer e melhorar a vida de seus compatriotas. O que percebe o autor é que os portugueses migram para o país com o intuito de trabalharem na cidade, no comércio, e não no campo, de onde saíram em seu país de origem. Sabendo que nas cidades é através do comércio que se prospera, principalmente o comércio ambulante e as pequenas lojas, os portugueses, e mais tarde os demais imigrantes, como italianos e libaneses (citados pelo autor), embora em menores números, passam a dominar seu cenário urbano.

É a “ralé” ditando o comércio e enriquecendo às custas da população brasileira. A frustração do autor no que se trata da política imperial em relação à cidade pode ser resumida, da seguinte forma:

“A época era da vista grossa para os que aqui viviam do que, então, se chamava “a liberdade do comércio”, acobertados por uma imprensa mercenária, estrangeira, e pela indiferença

⁵¹ VIANNA, H., *História do Brasil*, P. 522 passim.

criminosa de certas autoridades (por que não dizer logo?) alimentadas por amáveis gorjetas, vício já muito nosso conhecido, vindo dos velhos tempos coloniais”⁵².

Para Luiz Edmundo, a história da administração das terras brasileiras pelos portugueses poderia ser resumida através da palavra “desleixo”, dos tempos coloniais até os últimos dias do Império. O período imperial seria um triste arrastar de cadáver do período colonial, pois no Império os administradores teriam prosseguido seu modelo de desleixo para com as terras brasileiras e também continuavam a querer por em prática um determinado código comportamental “atrasado”, colonial, monárquico, que em tudo ofendia o homem moderno de seu tempo.

O autor capta o modelo compreendido como atrasado de forma estética, através da observação do meio. O Rio de Janeiro era a cara da colônia: cheio de portugueses, armazéns de secos e molhados, vendedores ambulantes e sujeira. Casas mal arejadas, coloniais. Era o retrato do atraso. Faltava á cidade, justamente o “cálculo”, o “planejamento”, a racionalidade do homem para torná-la bela e agradável.

Este retrato seria reflexo de uma má administração de recursos públicos brasileiros, para benefício da população imigrante portuguesa, que, estimulada a vir para o país com ajuda do governo, desde os tempos da corte de D. João, para trabalhar na lavoura, ajudando desta forma no desenvolvimento agrícola brasileiro, iam, entretanto, trabalhar na cidade, monopolizando o comércio, saturando o espaço urbano. Assim o autor descreve o processo:

“A cada imigrante da-se: passagem de Portugal a esta parte da América, terra para cultura agrícola, casa, utensílios de lavoura, animaes, carros de transporte. Nem faltava ao mesmo capella e padre. Tudo de graça. E como isso parecesse pouco – durante dois annos – repita-se bem – dois annos – a cada imigrante dava-se uma pensão, para que pudesse, com o tempo, esperar pela safra da terra que plantasse. (...). O que se fez, porém, foi uma importação em massa, de lojistas, de mercadores do varejo, porque toda essa gente vinda para trabalhar na gleba, logo se sentia terminada a pensão dos dois annos, deixava em abandono o campo, ingressando a cidade, á cata de balcões. A eterna fascinação que os tempos não mudaram!”⁵³

⁵² EDMUNDO, L., *De um Livro de Memórias*, p. 169.

⁵³ Id., *O Rio de Janeiro do meu Tempo*, p. 22.

A cidade do Rio de Janeiro, como produto exclusivo da dominação portuguesa, era a cara, para Luiz Edmundo, do seu colonizador. O dado que mais caracteriza o português durante as suas memórias de menino e durante *O Rio de Janeiro do meu tempo*, são dois tipos de idéias, uma que se refere a “atraso” e outra que se refere ao amor do português á própria terra, característica pelo autor muito apreciada e que não foi, de forma nenhuma, passada á população brasileira por estes colonizadores.

Estas idéias se interligam, pois o amor que o português possuía por sua terra natal era justamente o fator que não o motivava a investir seu tempo e dinheiro em melhorias para a cidade onde este vivia e ganhava seu dinheiro, o Rio de Janeiro.

Por conseqüência, a própria população da cidade aprendia a tratar o ambiente da mesma forma que o português fazia, sem cuidados. Com isto a aparência da cidade revelaria esta relação desigual entre colonizador e a terra brasileira:

““O Rio de Janeiro que eu conheci em minha meninice ainda era, a bem dizer, o Rio sujo e maltratado dos velhos tempos coloniais; escuso labirinto de telhados sem graça e sem feitio, melancolicamente posto á margem da mais linda baía deste mundo (...) ainda conservava o mofo desagradável da colônia, sem acompanhar o desenvolvimento e a ascensão das outras capitais do Novo Mundo.””⁵⁴

O maior representante do modelo de cidade colonial, para o autor, e grande herança que a república herdava dos tempos coloniais, seria o vendedor ambulante, o estrangeiro, sobretudo o português e ignorante. Nosso crítico situa também como elemento estrangeiro os vendedores ambulantes negros, pois estes seriam produtos diretos da colonização, apesar de possuírem um valor afetivo positivo, o que os diferenciava dos portugueses.

Os vendedores ambulantes possuem um grande impacto estético dentro da cidade. A ocupação maciça que estes exercem sobre o espaço urbano do Rio de Janeiro revela uma série de códigos comportamentais que sintetizam o modo pelo qual a cidade funciona: sem lojas regulamentadas e vitrines bonitas, sem higiene e decoro, sem educação e sem nenhuma regra: o Rio de Janeiro seria a capital de uma terra de ninguém.

O pior dos vendedores ambulantes da cidade do Rio de Janeiro, no início do século passado, seria o vendedor português de leite, pensava Luiz Edmundo.

⁵⁴ Id., *De um livro de Memórias*, p. 159.

Esteticamente, era tão sujo e desleixado quanto a cidade. Funcionava, desta forma, como um espelho do meio urbano. Seu comportamento seria revelador da importância que o português dava aos demais habitantes da cidade:

““O mais vergonhoso de todos esses ambulantes do começo do século, porém, é o leiteiro, com a esquelética vacca, que hoje, felizmente, esconde a sua tuberculose no fundo dos estabulos que recuam para bairros distantes. O Vendedor de leite, que usa barba passa-piolho e tamancas, é dos primeiros ambulantes a surgir na rua mal desperta, puxando por uma cordinha curta o ruminante de seu commercio, magro e pachorrento””⁵⁵

A feiúra do quadro não se resume só á aparência, mas também a mentalidade que esta revela, (e que para o autor é típica dos portugueses) e, por este motivo, elemento constitutivo de uma estética comportamental brasileira.

Vale a pena mencionar ainda que comportamentos, para Luiz Edmundo, são também elementos estéticos dos “espíritos” dos homens, podendo estes ser: nobres, tradicionais, vulgares, alegres, bonitos ou humildes. No caso do vendedor de leite, por exemplo, vê-se a espreteza superar a consideração para com o resto da população:

““E logo o homem da ajudancia no serviço, atraz, ordenhador astuto da alimaria, magico avisado, capaz de transformar, á vista do freguez, sem que esse perceba, a água que esta dentro de multiplas vasilhas, em leite, e do melhor!””⁵⁶.

O resultado desta conduta se reflete tanto no número de mortes das crianças brasileiras que ingeriam o tal leite⁵⁷ quanto no aspecto anti-higiênico que a cidade exibia, e que só pôde ser corrigido, para o autor, com o advento da proclamação da República, que poria fim á hegemonia lusitana na cidade. Não se fala, porém, em hegemonia numérica.

A preocupação de Luiz Edmundo é com a hegemonia da mentalidade portuguesa, que aparece em todas as faces do comércio de forma extremamente negativa:

⁵⁵ Id., *O Rio de Janeiro do meu tempo*, v. 1, p.67.

⁵⁶ Ibid., p. 67.

⁵⁷ * Edmundo, L., *O Rio de Janeiro do meu tempo*, p. 67. O autor revela que as infecções gastro-intestinais nunca tinham matado tantas crianças como nos anos em que este tipo de vendedor ambulante entrou em voga.

“(...) certos mandarins do commercio, do alto e honrado commercio desta praça, como então se dizia, bem como os não menos honrados do varejo, muitos delles instruidos na escola da esperteza e da pilhagem, diga-se logo com a maior franqueza, escola que foi a mais provecta das instituições creadas no tempo da colonia, homens trenados na esperteza do quilo de 800 grammas, no metro de 80 centimetros, na sonegação do imposto e no suborno ao fiscal, na hora de pagar á prefeitura as décimas do imposto de seus prédios, (...), uma vez que o hábito era burlar, fantasiar, nas declarações ao fisco, o valor dos mesmos.”⁵⁸

O autor chama, ao longo de seu texto, os membros do comércio de “senhores” e não de “moradores” da cidade. Isto porque, para ele, “moradores” eram aqueles que eram responsáveis pelo progresso do país. Já “senhores” seriam os donos da mentalidade colonial e retrógrada da cidade, os mesmos que viriam a protestar contra as mudanças executadas neste espaço por Pereira Passos e Oswaldo Cruz em nome da “tradição”.⁵⁹

A palavra tradição, para Luiz Edmundo, não pode ser referida á hábitos de uma população que não foram, inicialmente, implementados pela mesma. A tradição comportamental da cidade do Rio de Janeiro, assim como sua aparência, seria o retrato da tradição administrativa portuguesa e da forma lusitana de gerir e entender a vida. Não é à toa que, em um primeiro momento de reflexão, o autor atribui á toda manifestação popular cultural brasileira, como as modinhas, por exemplo, uma herança indígena, não portuguesa. Diz o autor, por exemplo, que Pereira Passos herdou sua coragem de ir contra os costumes coloniais dos portugueses por ter uma avó índia e ser filho de um brasileiro. Dos índios os brasileiros herdariam todas as características comportamentais e estéticas necessárias para o desenvolvimento de uma cidade moderna:

““O homem da região é um gigante de sete pés de altura, sorridente, plástico e de ar sereno. Os músculos são de ferro. Dextro, no movimento, é veloz, bravo, expedito. (...). Se dirá, mais tarde, que é indolente e tardo – só porque não se submete ao prisioneiro e á tyrania do colonizador (...). São hospitaleiros. São francos. São amigos. Amam, sobremaneira, a musica.””⁶⁰.

A musicalidade brasileira, herdada dos índios, era característica natural de nossa população, sendo a prova deste pendor musical do povo carioca o imenso

⁵⁸ Ibid., p. 37.

⁵⁹ Ibid., p. 36. Edmundo* destaca a diferença entre “morador” e “senhor” e reforça a desigualdade entre “colonizado” e “colonizador”, o que é fundamental para a discussão do que seria uma tradição brasileira de costumes.

⁶⁰ Ibid., p. 12.

número de chorões que a cidade possuía e a grande quantidade de modinhas que a população mais pobre ouvia e cantava. Estas não entravam nos salões de boa família até, pelo menos, o início do século, de acordo com Luiz Edmundo.⁶¹

Um outro elemento que contribuiria para a sonoridade da modinha, sua melodia triste e amargurada, era a cultura africana. Esta última fora tão explorada pelos portugueses quanto á indígena, sendo que, dos negros, os brasileiros que viram o surgimento da república herdariam uma série de qualidades, como a coragem, a força para o trabalho, a higiene e a luta contra o colonizador.

O violão, instrumento indispensável para a execução da modinha, era marginalizado, no entender do autor, assim como o conteúdo das cantigas, por serem ambos expressões típicas de um sentimento brasileiro que soava a protesto, mesmo que a nível inconsciente, para os ouvidos portugueses ou das famílias que, acostumadas com a maneira de pensar e agir do colonizador, só se permitiam influenciar, culturalmente, por portugueses ou franceses. A modinha, o maxixe e o samba não entravam nos salões das boas famílias cariocas, no entender de Luiz Edmundo por:

““Preconceitos herdados, tolos preconceitos vindos do tempo em que o Brasil não era nosso, recordações dos obscuros processos que aqui sempre se applicaram, odiosamente, para combater os surtos naturaes da nacionaidade, movimentos esses que eram tidos como perigosos á coroa del-rei Nosso Senhor. Em 1901 ainda se acariciam os tolos preconceitos””.⁶²

Um dos motivos para este boicote cultural, para o autor, está refletido nos sentimentos que esta forma de expressão musical apresentaria para quem a ouvisse e que seria reveladora, instintivamente, de uma brasilidade, reprimida por anos de colonização:

“A modinha da época guarda ainda a feição lamurienta que tinha há um ou dois séculos atrás. Ainda é uma coisa monótona e plangente, que se arrasta aos soluços, aos lamentos e aos ais. A melodia é triste, triste é o ritmo, triste o cantor; tristes, até aqueles que, enlevados, a escutam. (...) solfa merencoria e tormentosa, lembrando a alma antiga e infeliz dos homens do Brasil, toda um canto amassado em lágrimas de melancolia e de saudade; melancolia do índio, filho da terra que viu transformar-se em cinzas a taba em que viveu, por vingança, queimada pela mão do colonizador, saudade de negro chorando nas senzalas, a paizagem risonha da patria em que

⁶¹ Ibid., p. 288. Edmundo* argumenta ter certeza de só ver modinhas serem tocadas em salões cariocas a partir do ano de 1906.

⁶² Ibid., p. 278.

nasceu, mágoa contida e recalçada do branco nativo, também escravo de outro branco, que era o rei...”⁶³

Um dado muito interessante do trecho acima é a menção ao “branco nativo”. O autor se refere a um homem que pode tanto ser filho de portugueses nascido no Brasil e que se sente mais português do que brasileiro, já que o culto ao amor á terra do português é sempre direcionado á Portugal, quanto ser um jovem português que, ao chegar na cidade do Rio de Janeiro perde a sua característica mais pura lusitana, (que é, a princípio, positiva), para logo se enquadrar no esquema de exploração da terra e da população brasileira.

Como trecho ilustrador deste fenômeno, apresento uma passagem que revela, de forma muito delicada, que seria a forma de regime político, (a idéia de ser colono de uma terra, propiciada, ainda, pelo regime imperial), o verdadeiro fator de deturpação do espírito da modernidade do homem:

“Quando o pobre imigrante ingressa na sordida vendoca onde há de perder, cedo ou tarde, com as cores do rosto, a inocência e o caracter, manchando para sempre aquelle meigo e terno coração que jamais sonhou coma maldade dos homens, o prato que ele encontra, se não é optimo, é, pelo menos, cheio e farto (...). Dorme o escravo branco recém-chegado á terra, sobre uma tábua nua, , pousada sobre dois caxotes. (...) Não lhe ensinam hábitos de asseio.(...). Com esse padrão instrue-se, aprende a burlar e a mentir”.⁶⁴

E, com isto, continua o homem a reproduzir a melodia da colônia de cujo concerto fazem parte a melodia protesto do samba, do choro ou da modinha.

Estas últimas não seriam o único meio capaz do observador atento extrair determinados sentimentos sobre a relação dos habitantes cariocas para com a sua cidade.

Nas ruas, outros barulhos se encarregariam de mostrar, aos homens mais sensíveis, o que a maior parte da população, a pobre e mestiça, sentiria. Neste quadro de sentidos, visuais e auditivos, se obteria a síntese da história, não só da cidade do Rio de Janeiro, como também do país. O som que mais se destaca na cidade carioca,

⁶³ Ibid., p. 275.

⁶⁴ Ibid., p. 366 et. seq.

o que mais incomoda a população e embaraça os homens modernos da capital do Império e início da República é, para o autor, justamente, o do grito dos pregões.

Era gritando, para Edmundo, que o povo se expressava. Gritava não somente por ter aprendido com o português a gritar, mas também por esconder no grito, um sentimento abafado de desespero contra o poder dos estrangeiros na cidade.

Deveria haver, apenas, sensibilidade, para poder separar, no meio do barulho, o que seria protesto e o que seria “costume colonial”.

O barulho do povo é rapidamente absorvido como dado natural da vida da cidade, sendo, por este motivo, toda a característica popular que era passível de ser observada e separada, destacada como síntese de protesto em relação á vida ordinária da cidade de fins do império, uma fonte de modernidade.

Gritar poderia ser um ato popular de protesto ou simplesmente da necessidade de se protestar. Seria um costume que, caso observado atentamente, seria equivalente a um pedido de socorro popular contra o atraso da cidade.

Diz Luiz Edmundo que, um exemplo deste seu pensamento é que, durante o seu tempo de infância, toda a vez que a autoridade policial do império se fazia necessária nas ruas cariocas, era utilizando o grito que esta se fazia ouvir e era gritando que o povo protestava:

“Não póde! Esse brado incontido, sincero e muitíssimo do tempo, não falta nunca onde existem, de uma parte, a autoridade, a idéia do poder constituído e da outra parte, o povo, na hora de se expandir, reagindo contra qualquer mostras de violência, vexame ou opressão. (...). Até parece que, no subconsciente do que protesta, trabalham os gritos sopitados dos tempos da colonia, quando era crime, e dos peiores, erguer, mesmo de manso, a voz contra injustiça del Rey, ou a autoridade real. Não póde! Allivio do imo peito, desafogar de corações.”⁶⁵

A República teria a função de conferir á cidade e á sua população benefícios de modernidade, que para o autor eram os benefícios da beleza, da higiene, do melhor aproveitamento do espaço e dos transportes, assim como o entendimento de que seria indispensável privilegiar os legítimos brasileiros, em oposição aos portugueses. O povo seria libertado das amarras coloniais, não precisando recorrer ao grito. Esta etapa de desprendimento para com o elemento português era necessária para o desenvolvimento do sentimento nacional e reapropriação do espaço urbano. Seriam

65 Ibid., p. 108.

construídas, ao mesmo tempo, a nova cara do povo e a nova cara da cidade, ambas retratos de modernidade.

O governo de Deodoro da Fonseca, o “responsável pela queda do Império”, não é praticamente citado pelo autor ao longo de suas *memórias* ou da obra *O Rio de Janeiro do meu tempo*.

Apesar de Deodoro da Fonseca ter colaborado para a implementação do regime republicano no Brasil, o autor diz ter tido consciência de que o militar não lutava contra o Império nem contra o Imperador Pedro II, e sim contra as situações criadas pelos gabinetes militares anteriores.⁶⁶

Luiz Edmundo, como era de se esperar de um homem que não se diz partidário de nada, mas sim aberto a tudo, começa a contagem regressiva para o início efetivo da República somente a partir da ocasião da deposição de Deodoro da Fonseca e a conseqüente tomada de posse do cargo por Floriano Peixoto, o grande responsável, no seu entender, pela consolidação da república.

Durante os breves relatos que Luiz Edmundo faz dos pontos que este considerou como fundamentais para a implementação do regime republicano, (como por exemplo, o golpe militar que destituíra o imperador Pedro II ou, ainda, a Revolta da Armada, esta sim uma ocasião de enorme despertar de um sentimento nacionalista para o autor), os pontos que explicariam os fatos são elaborados pelo ângulo da “curiosidade” sobre estes momentos históricos, ressaltando não o que as personagens principais de cada cena teriam como aspirações políticas, mas sim o que tinham de impetuosas, corajosas, fracas ou desavisadas.

O que o interessa é sempre o lado pessoal da personalidade histórica que o grande público não conhece, o que a caracteriza como única e não como pertencente a um determinado todo social ou político.

Esta forma de relato histórico reforçaria a idéia de que um indivíduo poderia exercer influência sobre os outros ou se destacar por pura sintonia com as oportunidades do tempo. Seriam todas estas pessoas de destaque produtos da modernidade de suas épocas.

⁶⁶ Id., *De um livro de Memórias*, v. 2, p. 331.

Partindo deste ponto, o autor não se vê obrigado a fazer um relato histórico das idéias e ideologias políticas que estariam por trás de cada ação. A observação do meio já forneceria todas as informações sobre este aspecto.

Ao longo do primeiro volume da obra *O Rio de Janeiro do meu tempo*, o autor desempenha o papel do grande observador que tem, como foco, a cidade do Rio de Janeiro e as mudanças físicas e culturais pelas quais esta cidade e a população passaram ou estavam passando.

A idéia de Luiz Edmundo, nesta obra, é levar o autor para passear pela cidade em que este viveu, descrevendo seus vários aspectos, as pessoas que encontra ao longo do caminho, suas vozes, seus sotaques, a temperatura e as doenças.

Levar o leitor para passear por uma cidade precária que vai se transformando, como o autor faz, quando publica a maioria desta obra no *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, e no *Estado de São Paulo*, durante os anos de 1936 e 1937, reforça a noção que o autor teria de que a história da cidade precisava ser reconstruída, recontada sob o ponto de vista de um brasileiro, e melhor ainda, de um moderno, que viu de perto as grandes transformações nacionais.

As descrições dos espaços da cidade são sempre feitas no tempo presente e acompanhadas por fotos ou ilustrações, que dão uma idéia viva ao leitor de um testemunho ocular.

Luiz Edmundo aparece como ser político, neste estudo, por fazer parte da sociedade: a descrevendo e revelando. Através do modo pelo qual entende a história do desenvolvimento da cidade pode-se compreender qual seria o papel político do homem moderno neste meio.

Nesta primeira interpretação, o papel social do homem moderno seria o de captar o pitoresco na vida cotidiana, onde tudo parece banal e familiar. Uma vez que tenha captado este elemento, poderia construir ferramentas para implementar um novo tipo de característica pitoresca que fosse mais adequada aos novos tempos, dando, desta forma, seqüência ao caminhar da Modernidade. Existe ai uma diferença entre o que seria costume da população carioca, (hábito que poderia ser modificado caso ficasse comprovado que tal comportamento não tinha razão de ser mais repetido), e tradição.

Como a tradição, para o autor, ainda não foi formada, fica-se apenas com o protesto contra o “costume” colonial. Como grande recurso contra a idéia de costume, o autor utiliza, na elaboração do texto, a ironia, responsável pela intensa sensação de protesto político contra a colonização portuguesa que a obra possui.

Já em *De um livro de memórias*, a narrativa é contada ou em tempo passado, elaborado a partir de sua memória, ou em tempo presente, quando é possível perceber que o autor utiliza textos copiados de seus diários de época.

Quando utiliza o recurso dos diários, o autor frisa a importância que dá ao testemunho ocular e á prova de ter o dado testemunho, uma vez que o registrou no momento preciso em que vivenciou determinada experiência, transcrevendo cada trecho de seu diário “fielmente”, com a intenção de ser o mais imparcial e objetivo possível em relação ao que teria acontecido.

Em suas *memórias*, Luiz Edmundo figura como personagem histórico que liga seus leitores ás principais ocorrências da vida da época. Como a obra acentua sua individualidade, por se tratar de registros afetivos, e nela são expostas suas relações pessoais, o autor procura levar o leitor para uma viagem audaciosa: Não se passeia somente pela cidade ou pelos países que Luiz Edmundo visitou.

O leitor não caminha, tão pouco, apenas por sua vida. Passeia-se, sobretudo, pela história nacional, uma vez que o autor sempre introduz um elemento afetivo como recurso para falar de certo momento histórico do país. Se o autor não conhece o grande personagem histórico que procura descrever, ou o grande evento histórico ocorrido, ele apresenta o testemunho de alguém que o conheceu em pessoa ou que o viveu, conferindo mais uma vez ao texto um caráter de testemunho.

A cidade, durante as *memórias*, aparece como grande palco onde se desenrolam relações do autor para com pessoas importantes, ou assuntos pessoalmente para ele importantes, que dariam ao homem contemporâneo uma receita única, particular, de como o autor se tornou um moderno e, quando o meio, o Rio de Janeiro, tornou-se expressão de Modernidade. Ironicamente, pelo texto o leitor também percebe em que momento, para o jornalista carioca, a Modernidade parou de ser reconhecida por ele como tal, mesmo que sem intenção.

Pela forma que constrói a narrativa, percebe-se que Luiz Edmundo apoiava a República simplesmente por ver que o regime, além de ser diferente daquele que regia o país e que marcava a continuidade da família imperial portuguesa em sua política, também era mais coerente com o resto da América, tornando também o Brasil uma república e igualando os membros da população por meio do título de “concidadãos” e, posteriormente, de “cidadãos”.

No contexto político brasileiro responsável pelo despertar de um sentimento nacional verdadeiramente novo e forte, a Revolta da Armada e a morte de Floriano Peixoto possuem maior peso para Luiz Edmundo, gerando no autor e segundo o próprio, na população, grande e maior impacto do que a própria proclamação da república que, como foi visto anteriormente, não gerou nenhuma alteração na vida da cidade, permitindo que a maioria de seus habitantes seguisse suas rotinas habituais.

Ao descrever o dia da proclamação do novo regime, além de ter dito o autor que se tratara de um dia comum, sendo que a única diferença fora a ausência de alguns professores na escola que freqüentava na época, o colégio Abílio, o autor se dá ao trabalho de relatar, resumidamente, a história do movimento revolucionário que destronaria D. Pedro II.

Como elementos principais deste golpe contra o Império, o autor apresenta as figuras de Deodoro da Fonseca e de Benjamin Constant, não entrando o autor no mérito do interesse particular que cada agente teria para a execução desta ação.⁶⁷ Estes aparecem apenas como personalidades marcantes do ocorrido. Como coadjuvantes apareciam Visconde de Ouro Preto, Custódio de Melo, Floriano Peixoto e o próprio D. Pedro II e a família imperial, que avisada por telegrama, em Petrópolis, da queda do regime, retira-se para a Europa no dia 17 do mesmo mês.⁶⁸

Mais uma vez, a grande estrela deste relato é a idéia da testemunha ocular, não conferida pelo relato em si, mas sim por uma ilustração, na qual se vê Deodoro sendo aplaudido por uma imensa multidão ao atravessar a Rua do Ouvidor após a Proclamação da República.⁶⁹ Através deste regime viriam as grandes transformações da cidade:

⁶⁷Ibid., p. 328 et. seq.

⁶⁸ Ibid., p. 332.

⁶⁹ Ibid., p. 332.

“Foi preciso que viesse a República e com ela o glorioso quadriênio Rodrigues Alves para que a cidade chiqueiro fôsse transformada na cidade maravilhosa que ai está, digna da América e de nós, numa apoteose de jardins floridos, de grandes monumentos, com avenidas de esplêndida largura e a massa altiva e monumental de seus arranha-céus!”⁷⁰

Mas para que o quadriênio de Rodrigues Alves chegasse, trazido pelas mãos da República, foi preciso que “uma grande personalidade”, vale dizer, um homem moderno, a consolidasse. Para Luiz Edmundo, este homem foi o vice-presidente Floriano Peixoto, durante a Revolta da Armada, grande batalha que demonstraria a força do poder brasileiro.

Relata o autor, lembrando-se do ocorrido aos 15 anos de idade, quando habitava em um casarão na rua da Lapa, acima do colégio em que seu pai trabalhava na época:

“Ao romper do dia 13 (de setembro), os mais curiosos puderam perceber, olhando o mar, que todos os navios estrangeiros que eram vistos da praia, já haviam desaparecido, como que por encanto, dos lugares onde se encontravam ancorados. Contudo, ainda esperou-se. Antes das 11 horas, porém, fortes estampidos foram ouvidos, detonações de peças de artilharia que, pouco a pouco se multiplicavam, num ruído infernal. Um sopro de pavor passou, nesse momento, por todo o Rio de Janeiro. A nova que, então, corria, era que já principiara, e com furor, o anunciado bombardeio”.⁷¹

O autor relata que, durante o dia 12 de setembro de 1893, sua família e os vizinhos de bairro já haviam sido informados, através de boatos, a respeito da revolta que se desenrolaria na Baía de Guanabara.

Porém, como os habitantes da cidade já haviam assistido a duas revoluções que o autor denominou de “rebeldias platônicas”⁷², dada a passividade das mesmas, e que foram a Proclamação da República e a deposição de Deodoro, em 1891, a população da cidade em nenhum momento estava preparada para ver a sua rotina alterada.

Somente a partir do embate assistido neste dia que a população se assusta, abandonando a cidade com medo de que a batalha se estendesse por terra firme. A família de Luiz Edmundo não agiu de modo diferente, indo se refugiar na casa de um tio chamado Exupério, que morava na estação da Mangueira e onde já se

⁷⁰ Ibid. , p. 161.

⁷¹ Ibid. , p. 358.

⁷² Ibid., p. 356.

encontravam refugiados, de acordo com o autor, cerca de 70 ou 80 parentes, vindos de todos os cantos da cidade.⁷³

É com enorme dramaticidade que o autor descreve a fuga das famílias da cidade, o que é compreensível já que a conduta de Floriano Peixoto, ao apaziguar a revolta, foi compreendida pelo autor como uma segurança de que o novo regime estava mantido e de que os brasileiros pegaram em armas para defender a nova era que se construía: a da política brasileira, identidade nacional e modernidade.

A população experimentava, nesta ocasião, um terror que depois iria se transformar em orgulho nacional. Assim Luiz Edmundo descreve o movimento da cidade no fatídico 13 de setembro:

“De ver, na faina com que fugia toda gente, o formigueiro humano movendo-se em desordem, a sopesar colchões, trouxas, pacotes e maletas, gemendo, praguejando, a Deus pedindo a cólera celeste para os causadores desalmados de tantos sobressaltos e temores. As lojas de comércio tinham cerrado as portas. Um terremoto não provocaria inquietação maior. Era o “salve-se quem puder”. E a toda pressa”...⁷⁴

Apesar do grande susto pelo qual a população passara, não foi por muito tempo que esta ficou isolada de suas casas. Como explica ao leitor Luiz Edmundo, logo chegou á população a informação de que os beligerantes travariam suas batalhas apenas na área restrita á garganta da Barra.

De volta ao casarão da Lapa, o autor incorpora novamente o papel do observador, “de binóculo em punho”, acompanhando de perto tudo que se passava sobre o mar.⁷⁵ A Revolta da Armada, que explode junto com a Revolução Federalista, no sul, aos poucos, vai se tornando parte da paisagem da cidade para a maior parte do povo carioca que assistia a tudo, alheio ás grandes causas políticas que se escondiam por trás do embate:

⁷³ Ibid., p. 361.

⁷⁴ Ibid., p. 359.

⁷⁵ Ibid., p. 363.

“Diariamente, á tarde e isso durante todo o tempo que durou a revolta, pela cumprida linha do litoral murado que, em sinuosas curvas, se estendia o outeiro da Viúva ás grades do Passeio Público, pelos morros, pelas sacadas e até pelos altos telhados das edificações que olhavam para o mar, um número incontável de pessoas, atentamente, se reunia, para assistir aos diários bombardeios entre as fortalezas revoltosas e os baluartes legais. Eram espetáculos grandiosos, cômodos e gratuitos, que seduziam e interessavam a todos os moradores da cidade”.⁷⁶

A batalha acaba por desempenhar a função de atrair a curiosidade das pessoas para o que se passava na política nacional, fazendo, como a proclamação da república não o fizera por seu caráter passivo, com que os moradores prestassem atenção ao que se passava no meio urbano. Pelo menos pelo motivo da revolta o povo deveria se interessar. Nada como uma batalha na cidade para despertar um sentimento patriótico inconsciente.

A imprensa aparece, neste ponto da narrativa, pela primeira vez citada como órgão importante, responsável por certas percepções populares errôneas em relação ao que se passava no mar do Rio de Janeiro.

Os jornais, responsáveis pela comunicação de massa, eram lidos por poucos, que espalhavam as informações pelo resto da camada populacional analfabeta: a maior parte do povo carioca. Sendo estes veículos órgãos de embate da camada letrada da sociedade, era normal que o autor tivesse sua predileção por certos jornais, fazendo uma diferenciação entre a imprensa que este considerava “séria” e aquela que era “sensacionalista”, e que se prestava, por isto mesmo, a atender, por concordância ou por oposição, aos mais diferenciados grupos políticos nacionais, na maioria deles, os que estavam á espreita para a derrubada do regime republicano.

O autor dá ao leitor o primeiro exemplo forte em relação á influência da Imprensa na sociedade, (mesmo que restrita a uma camada letrada):

“Pelo vidro de aumento de certa imprensa sensacionalista chegou-se a ter o marechal Floriano como um homem que apenas sucedia Deodoro na cópia de seus vícios e defeitos. Graças a essa insidiosa propaganda, uma latente inquietação convulsionava corações e espíritos. Julgava-se em perigo a paz social, a integridade do regime e o futuro do país. Os monarquistas, [os representantes da mentalidade retrógrada dos tempos da colônia para o autor], aproveitando as brumas desse ambiente de apreensões e de desgostos, tranqüilamente, agiam, procurando

⁷⁶ Ibid., p. 371.

mostrar a “grave situação” para a qual a inconsciência dos sonhadores da República nos havia arrastado”...⁷⁷

Se havia, de um lado, propagandas contra Floriano Peixoto, de outro, a sistemática ação do marechal para por fim á uma revolta que era diariamente, acompanhada, assistida por grande parte da população carioca, levou o povo a experimentar um sentimento de “amor á pátria” que, para Luiz Edmundo, ainda não havia se manifestado. Devia haver, também, jornais republicanos responsáveis por informar a população sobre o acontecido.

No entanto, o autor não nos fornece nenhum exemplo destes, pois o governo, com o próprio passar do tempo da Revolta, tratava de informar a população, através de editais espalhados pela cidade, de suas ações contra os revoltosos, para não gerar pânico pela urbe.⁷⁸ Nada mais confiável, para um republicano, do que ser informado pelo próprio governo que propunha manter o regime.

Além desta fonte diretamente confiável, apesar de bastante impessoal para o autor, Luiz Edmundo passa a idéia de que toda a informação que relata foi, além daquela conseguida através da sua observação do mar e da lida em dados editais, arrumada por uma fonte segura, que acompanhava de perto tudo o que se passava: tratava-se de um tio, chamado Antônio Exupério de Moraes e Machado, que trabalhava na Secretaria do Arsenal de Guerra durante a revolta.

Era na casa deste tio que o autor se refugiava com a família quando os embates mais sérios eram travados entre o governo e a esquadra revoltosa e era por meio do mesmo que ficavam sabendo das mais novas ocorrências.

Os “boatos” adquirem, quando a informação passada ao leitor é a de que a sua real fonte vinha de alguém de dentro do arsenal, ares, não só de extrema confiança, mas também de que o leitor recebe informações privilegiadas, sigilosas, que não eram necessariamente compartilhadas com o restante da população. Ganha o autor autoridade no relato. Tornam-se, Edmundo e sua família, privilegiados pelo destino.

⁷⁷ Ibid., p. 365.

⁷⁸ Ibid., p. 379.

O acaso sempre coloca o autor em contato com as principais novidades do cenário do Rio de Janeiro.

Para reforçar a idéia neste ponto defendida, o autor brinda seus leitores com um relato que se passa no ano de 1894, em janeiro, e que demonstra como, através da figura do tio que trabalhava no Arsenal de guerra e de sua grande curiosidade, Luiz Edmundo pode conhecer, por acaso, o ilustre marechal Floriano Peixoto.

Relata o autor que neste determinado ano e mês, aproveitando o fato de seus pais terem ido servir como testemunhas de um casamento, na Gávea, Luiz Edmundo que se encontrava sozinho em casa com a preta Amália, (figura pouco citada pelo autor, mas que parecia acompanhar a família já a muitos anos, anos estes bem anteriores á Abolição da Escravidão), aproveita para ver de perto os bastidores da batalha, saindo de casa ás escondidas para visitar seu tio no Arsenal de guerra.:

“Ora, naquela tarde em que eu me via distanciado do olho policial e atento da família, era-me apresentada uma oportunidade interessante que eu deveria aproveitar, Por que não? Que fiz aí? Da amurada do meu alto palanque que olhava para as águas da baía, a tiracolo o meu infalível binóculo, escorreguei, de leve, indo cair na rua. Tomando a linha que seguia a calçada do cais, até ás grades do Passeio Público, contornando-as e, depois, pelo caminho de Santa Luzia, segui sempre, até chegar ao portão largo e férreo do Arsenal de Guerra, no beco que se chamou do Trem, próximo ao largo da batalha”.⁷⁹

Além da curiosidade, característica indispensável para um moderno, o autor ainda deseja ressaltar a coragem que precisou ter para trilhar o percurso até o Arsenal. Na verdade, revela não ter sentido nenhum medo, sendo por isto brindado com um prêmio histórico.

Ao entrar no Arsenal, alegando ter que entregar um urgente recado de família para seu tio, foi o autor colocado pelo mesmo em sua sala de trabalho, longe das trincheiras onde ocorriam os tiroteios. Eram as trincheiras que o autor realmente queria conhecer.⁸⁰ Na sala de trabalho de seu tio Luiz Edmundo permaneceu até o anoitecer, quando, no momento em que seu tio se comprometera a leva-lo para casa:

““Quis o destino proporcionar-me, nesse instante, um acontecimento que até hoje, na memória, conservo como uma recordação inapagável. Estávamos os dois, [o autor e o tio], dispostos a

⁷⁹ Ibid., p. 385.

⁸⁰ Ibid., p. 387. Edmundo* alega ter tido vontade de ver o lado “perigoso” da guerra.

sair, quando, diante de nós, surge um sujeito – estou a vê-lo – magro, muito moreno, de calça escura e paletó de alpaca, um chapeuzinho de aba curta e mole, mal enterrado na cabeça e cigarro na boca”⁸¹.

Ao ser seu tio indagado pelo sujeito descrito acima sobre quem era o menino que ali se encontrava, (Luiz Edmundo), responde o tio a esta pessoa ser o menino seu sobrinho. Porém, ao fazê-lo, o tio chama o homem de “marechal”. O autor fica muito impressionado com o ocorrido, lembrando o momento em que o Marechal lhe estendeu a mão:

“– Ah, fez ele estendendo-me a mão, e ingressa á tropa? - Tem pouca idade para isso, retrucou, num sorriso, meu tio. De qualquer forma, entretanto, é já soldadinho da legalidade”⁸².

Neste instante, preocupado com a desconfiança que seu leitor possa ter em relação ao relato o autor trata de esclarecer que seu tio e o marechal Floriano Peixoto já possuíam velhas ligações, vindas da guerra do Paraguai. Por isso o marechal se deu ao trabalho de dirigir a palavra a seu tio, que era apenas um almoxarife.⁸³

Luiz Edmundo diz que se decepcionara com a aparência física do marechal, ao vê-lo pessoalmente, possuindo até dúvidas de que a figura tão simples que vira fosse mesmo Floriano Peixoto. A figura que esperava encontrar seria a de um “gigante uniformizado em grande gala, coberto de alamares e medalhas, uma espada na mão”.

⁸⁴ Explica o autor que esta era a imagem do marechal desenvolvida pelo “fanatismo popular” que o idolatrava:

““(…) e que queria como a um deus; o Perfeito, o Prodigioso, o insubstituível, espécie de clarão sobrenatural, dos céus descido sobre a terra, para iluminar o destino dos homens”⁸⁵.

⁸¹ Ibid., p. 388.

⁸² Ibid., p. 388.

⁸³ Ibid., p. 389.

⁸⁴ Ibid., p. 389.

⁸⁵ Ibid., p. 389.

Mesmo criticando o comportamento popular, (crítica que o autor faz no momento que escreve as suas memórias, e não naquele em que conheceu o marechal), Luiz Edmundo revela ter partilhado, na época, de tal concepção, tendo ficado, na ocasião, “positivamente inebriado” por ter conhecido o Vice-Presidente. Os sentimentos que diz ter experimentado, através do contato com o marechal, foram os de “enlevo”, “regozijo” e “conforto”.⁸⁶

A Revolta da Armada propiciou todo um reforço da figura do regime republicano, representado, neste momento inicial de consolidação, pela figura imaginária de perfeição construída pelos republicanos e demais partidários do governo, em torno da pessoa do marechal Floriano Peixoto. O “quera”, nome pelo qual a população chamava o marechal e que, em linguagem popular, significava “invencível”, “perigoso”, foi o primeiro herói republicano aclamado pela população, de acordo com os relatos de Luiz Edmundo.

O fato de haver duas naus portuguesas envolvidas no embate, do lado da esquadra revoltosa dirigida por Saldanha da Gama, só serviria para enaltecer, perante a opinião popular, o papel patriótico do novo regime. Passa a ser interpretada, a Revolta da Armada, como uma luta simbólica entre colonizadores e colonizados, portugueses e brasileiros modernos. Venceram os modernos, para alegria da população:

““Estava o Rio em festa. De quando em quando, sob a aclamação do povilêu, alegrado e ruidoso, passavam batalhões, soavam cornetas, tambores e charangas, desfraldavam-se flâmulas, bandeiras... E, para não desmentir a pragmática, foguetes. Foguetes e discursos... De ver, pelas calçadas, o povo alvorotado que cantava o estribilho da época: *Pé espalhado/ Quem te espalhou?/ Foi uma bala/ Que o “Javari” mandou*””.⁸⁷

A prova da devoção popular que possuía Floriano Peixoto e a idéia de que o regime republicano significou a representação do patriotismo, em seu nascimento no Brasil através da Revolta da Armada na cidade, para os cariocas, é o relato que o autor nos fornece sobre o dia do funeral do marechal na cidade, em um seis de julho, em 1895.

⁸⁶ Ibid., p. 390.

⁸⁷ Ibid., p. 381.

Havia assumido a presidência, em 15 de novembro de 1894, Prudente de Moraes, primeiro presidente civil e ex-presidente do congresso constituinte. Este presidente passou por alguns contratempos políticos, criados por vários grupos, entre eles florianistas, principalmente militares, além de republicanos e os velhos monarquistas. Dada a representação que o ex-Marechal possuía, imagina-se a situação do novo presidente pela ocasião da morte de Floriano Peixoto. Esperava-se dele o mesmo tipo de conduta heróica que tinha adotado o antecessor cuja morte viria a alterar, pela segunda vez, a dinâmica da cidade:

“O dia 6 de julho amanhecera nublado e triste. De véspera, já se sabia que fechariam repartições públicas, fábricas, escolas, oficinas e lojas de comércio. Pelos jornais era já conhecido o programa traçado para as cerimônias de transladação do corpo, que deixaria a Igreja da Cruz em direção ao Campo Santo de S. João Batista da Lagoa. (...). Muito antes da hora marcada para o começo das exéquias, o povo já havia obstruído, completamente, os logradouros mais avizinados ao Templo de onde deveria sair o ataúde do grande morto, em direção ao cemitério. (...) Tal era a quantidade de pessoas aglomeradas pelas ruas que eu e meu pai dificilmente conseguimos chegás às portas de *O País*, na Rua do Ouvidor”.⁸⁸

Ao descrever o cortejo, a Rua do Ouvidor aparece como cenário privilegiado para a prestação de homenagem ao Vice-Presidente. Nela, no alto da sacada do jornal *O País*, várias personalidades discursaram, sendo que o primeiro a fazê-lo foi Paula Ney, que, como mostra Machado Neto em seu estudo sociológico sobre a república das letras, fez parte da geração de pensadores que, além de ser aquela que introduziu o parnasianismo e estreou a ficção naturalista na capital, também aglomerou os arautos dos movimentos abolicionista, como José do Patrocínio, e do movimento republicano, como Aluísio de Azevedo.⁸⁹

Passaram pela romaria, como indica o autor, todos os membros representantes da sociedade moderna que se queria construir: os escritores conhecidos, os jornalistas, poetas, os patriotas, os músicos, os militares, que neste momento são pensados como a prova da força nacional, além da população e de suas várias camadas sociais. Todos prestavam homenagem, no fundo, à figura da república. Um trecho digno de análise

⁸⁸ Ibid., p. 402.

⁸⁹ NETO, A. L., *Estrutura social da república das letras*, p. 35 et. seq.

na narrativa de Luiz Edmundo é o que justamente ele se dá ao trabalho de descrever, por mais o ter comovido:

“Logo a seguir, passava, numa tocante alegoria, uma menina acaboclada, simulando a República, gorro frígido á cabeça e coberta de crepe. Depois, a lúgubre carreta conduzindo a tumba mortuária, envolta na bandeira nacional”⁹⁰.

A imagem simbolizaria o sacrifício feito por Floriano Peixoto para que a República brasileira, mestiça e ainda muito jovem, pudesse se desenvolver. Em troca, toda a população se rendia ao pranto, prova, para o autor, do poder de manifestação da modernidade. A afirmação é aqui feita porque parto do princípio de que tamanha comoção só ocorreu, para o autor, porque de alguma forma a figura do marechal despertou na população uma base para o desenvolvimento do sentimento nacional, o que era uma grande novidade.

Ao longo dos dois primeiros volumes de suas *memórias* e da obra *O Rio de Janeiro do meu tempo*, Luiz Edmundo salienta sempre que não há, em território nacional, até o final do governo de D. Pedro II, comportamento social que este pudesse denominar de “tradicional”. Existem manifestações típicas brasileiras como já se viu anteriormente, muitas delas inconscientes, sendo por isto representadas pelo ritmo e pela música, que são elaborados pela população de forma quase que “catártica”, sem raciocínio, naturalmente.

A proclamação da república e a sua consolidação são momentos em que é permitido, á população, sentir, de forma livre, emoções referentes á própria pátria. Esta última não se restringe mais apenas ao território. Também teria relação com uma espécie de “espírito nacional” consciente, e que, até pela triste morte de seu consolidador, o marechal Floriano, pode ser exposto e elaborado.

Se no presente trabalho o espaço da cidade é pensado como uma alma, possuindo personalidade própria, inaugura-se ai formalmente, através do espaço da romaria de Floriano, uma cara nova: antes, para o autor, a cidade tinha a alma composta por portugueses e mestiços, as vítimas dos regimes colonial e imperial. Agora a cidade vai desenvolver uma alma coerente com a do regime republicano:

⁹⁰ EDMUNDO, L., op. cit., p. 403.

alma de liberdade e de beleza, alma que reconhece o pitoresco da população carioca como ingrediente formador do patriotismo nacional e de uma tradição própria.

A importância da romaria que homenageia Floriano tem o tamanho da importância do ingresso da cidade, representando o país, na modernidade, em termos estéticos e emocionais.

Luiz Edmundo chama a atenção do leitor para o seguinte dado, que deve ser levado em conta, já que viveu até o ano de 1961:

“Jamais uma romaria cívica, até hoje, logrou, que eu saiba, uma imponência igual. Os funerais de Rio Branco foram notáveis, foram, mas não tiveram, como os de Floriano, a solenidade, a magnificência e até mesmo o concurso de uma tão grande massa popular. Para se ter uma pequena idéia do que foi esse acontecimento extraordinário, basta lembrar que, no momento em que chegava á porta do Campo Santo o ataúde que conduzia o corpo do grande morto, a larga fila dos que o acompanhavam, em passo vagaroso, ainda era vista, pelo Largo da Gloria, entrando pela Rua do Catete. Uma verdadeira apoteose”!⁹¹

De fato, esta foi a primeira grande manifestação popular relacionada á uma figura, principalmente política, vista pelo autor. Com esta apoteose o presente trabalho dá por encerrado, de acordo com o desenvolvimento histórico que o Rio de Janeiro teve para o autor, o período de vigência da alma imperial da cidade.

Daí para diante, o trabalho de sua geração seria o de reconhecer e legitimar as características nacionais tidas como modernas, eliminando-se aquelas que fariam sentido, somente, no contexto histórico anterior.

A cidade agora pode incorporar, na prática, tudo o que um moderno como Luiz Edmundo espera que ela simbolize. O próximo e fatídico passo apresentado na presente discussão para este feito é baseado na briga entre Pereira Passos e Oswaldo Cruz contra a “morrinha colonial” que, por costume, ainda estava presente na cidade. Que os modernos tomem posse.

⁹¹ Ibid., p. 406.

3. 3.

A cidade experimenta a novidade patriótica: O episódio de rejeição aos portugueses

Tendo sido Floriano Peixoto uma figura tão importante para a consolidação de uma idéia nova de patriotismo, aquela que pensava na população brasileira como elemento responsável e colaborador para a entrada em uma era moderna, na qual figuravam, como modelos principais, França e os Estados Unidos, (este último como modelo de luta na América), é curioso pensar que, atualmente, mal se pense na dada figura.

Talvez exista uma explicação para este esquecimento, que muito desagrade Luiz Edmundo que faz um esforço, durante suas memórias, em dar á Floriano um grande crédito pelos benefícios que o Brasil conquista a partir da proclamação do regime, mantendo viva, com tanta ênfase, a sua imagem histórica.

Como o presente texto parte do suposto de que tanto o embate visto na Baía de Guanabara, quanto o sentimento patriótico que este desperta são novidades, na medida em que criam uma nova relação entre a população, a cidade e a política, é provável que, após este período inicial, onde a república simbolizou, através de sua forma de governo, toda uma esperança de mudança para a população brasileira, tenha-se percebido que não bastava mudar o regime para que se mudasse, também, a estrutura econômica nacional. Floriano deixaria de representar, neste ponto, uma figura tão emblemática quanto representou no período.

Sendo a história um elemento de construção, mudando as suas interpretações de acordo com as aspirações do meio social da época, é palpável também pensar, nas sucessivas decepções políticas relacionadas ao período histórico conhecido como República velha, inaugurado durante a presidência de Campos Sales, além dos traumas sociais relacionados aos militares já no período que sucede a morte de Floriano Peixoto e onde a Escola Militar aparece como órgão fomentador para várias conspirações que causariam instabilidade na vida nacional.

O ano de 1895, assim como todo o Governo de Prudente de Moraes, é analisado por Luiz Edmundo como um momento muito instável da política nacional e, principalmente, da vida ordinária na capital da República.

Mesmo tendo a Revolta da Armada acabado na baía de Guanabara, cabendo ao atual presidente conceder anistia aos revoltosos federalistas e da Marinha, com o objetivo de por fim ás agitações do governo anterior, o clima na capital era de desconfiança em relação ao novo governo.

Revela o moderno Edmundo que a personalidade do novo presidente, “austera”, “calma” e “liberal”, “despida de paixões”⁹², não correspondia áquela que os novos patriotas, militares e profissionais liberais que viram a grande demonstração de força do governo anterior, gostariam de ver em um novo presidente.

Pelo contrário, a calma de Prudente de Moraes gerava nos membros do exército e, sobretudo nos estudantes pertencentes a Escola Militar, verdadeiro medo de que o presidente viesse a restabelecer antigos vínculos existentes entre o Brasil e Portugal, e que, neste momento de exacerbado patriotismo, seria sinônimo de “recolonização”.

As ruas da capital aparecem como espaço, nesta ocasião, de manifestação de vontade política como necessidade e vontade de mudança do cenário nacional. Não seriam estas manifestações totalmente modernas, no entanto, porque eram impensadas e imprudentes. Faltava o elemento da organização. Os espaços onde as manifestações se davam, porém, eram modernos, porque representativos, neste momento, de uma nacionalidade que se apresentava de uma nova forma, menos romântica e mais objetiva. O período presente a estas observações é descrito por Luiz Edmundo da seguinte maneira:

“As intenções pacíficas do novo Presidente eram menosprezadas, tidas, até, como suspeitas, como sabotadoras da obra de consolidação realizada por seu brioso antecessor. Na tropa, sobretudo, os sentimentos estavam mais do que nunca alvoroçados. A mocidade da Escola Militar vibrava. Pelas ruas, viam-se alunos envergando uniformes militares, em freqüentes distúrbios. Os espelhos e as louças dos cafés é que mais sofriam as conseqüências desses conflitos deploráveis onde entravam em ação o braço, o pé, o pau, o chanfallo, o revólver, e que terminavam, invariavelmente, com vivas á Floriano, á República (...)”.⁹³

⁹² Ibid., p. 409. Edmundo * se refere á Prudente de Moraes utilizando estas palavras.

⁹³ Ibid., p. 410.

As ruas da cidade sempre foram locais de política, uma vez que nelas se davam os conflitos nos quais se envolvia a população, seja nas relações entre membros de uma mesma condição social, seja na relação entre os antigos escravos e seus senhores, tendo aí o espaço da rua um papel fundamental para a manutenção do escravo e sua liberdade, ou ainda, na relação estabelecida entre a população e a autoridade do governo.

A partir da Proclamação da República, entretanto, a autoridade do governo se torna a autoridade nativa, brasileira, que protege a pátria. Nada mais natural, deste modo, que os inimigos públicos da população, aqueles proclamados pelos jornais, principais meios de comunicação, depois da oralidade, a “boataria”, sejam, neste momento, outros.

A atenção das elites, a formadora das opiniões políticas, volta-se, assim para aquele que sempre se considerou externo ao meio nacional: os portugueses. As ruas serão palco da repudia ao elemento português, já que foi a rua que o estrangeiro monopolizou através do comércio.

Para que esta demonstração de hostilidade aos portugueses tenha acontecido, o autor se preocupa em apontar inúmeras razões. Uma delas teria sido o fechamento da Escola Militar, ordenado pelo novo presidente, por saber, de acordo com o autor, que no dia 13 de março de 1895, os alunos fizeram um grande comício no qual se menosprezava Prudente de Moraes. Para combater a indisciplina foram enviados, segundo Edmundo, dois batalhões de infantaria e um esquadrão de cavalaria. O fechamento só piorou a situação do governo, na medida em que as manifestações políticas já tinham alcançado as ruas, novo espaço de representação oficial de uma nova ordem nacional.

Exemplo desta nova apropriação das ruas, para o autor, eram os cafés, que passaram a ser palco de grandes discussões durante este período. O quartel – general da juventude florianista, diz Luiz Edmundo, era o *Café de Londres*,⁹⁴ espaço de grandes comícios contra o governo e que levantavam, para este último, a permanente suspeita de que ocorresse um novo golpe militar que dissolvesse o governo do presidente civil.

⁹⁴ Ibid., p. 410.

Para Luiz Edmundo, ainda, a péssima situação do governo chega a seu auge quando Prudente de Moraes sofre uma tentativa de assassinato na qual morre, em sua defesa, o ministro da Guerra, o marechal Carlos Machado Bittencourt, em 5 de novembro de 1897.

Outro motivo para a manifestação de antipatia da população para com os portugueses se dá pela revogação de uma ruptura diplomática que Floriano Peixoto teria feito com Portugal, durante a tão consagrada Revolta da Armada.

Era sabido, como descreve o autor, que Floriano Peixoto, durante o curso de seu governo, temia que de algum modo fosse tentada a restituição do regime imperial, colocando por terra as novas aspirações políticas fomentadas no país, principalmente as militares. Como prova de tal medo, Edmundo apresenta um pedido de Floriano Peixoto de troca do ministro de Portugal no Brasil, durante esta época, por este demonstrar, publicamente, enorme simpatia pelos portugueses na cidade situados além de muitas restrições ao novo regime que vinha se desejando consolidar.⁹⁵ Por conta disto, o vice-presidente toma o cuidado de solicitar á Portugal a troca deste ministro, chamado Conde d´Arcos.

Apesar da substituição ter sido executada com sucesso, tendo o Conde de Parati ocupado o cargo de seu antecessor, a desconfiança continuou por ter decidido, o presente ministro, asilar os revoltosos que brigavam contra o governo durante a Revolta da Armada e que se encontravam na companhia de Augusto de Castilhos, que comandava uma esquadra portuguesa que aparece, ostensivamente, no litoral da cidade carioca.

O asilo foi muito mal visto pelas autoridades brasileiras, que entenderam que poderia se tratar de uma tentativa de devolver o comando do território nacional aos portugueses. Ao notar que a esquadra portuguesa se movia, em 1894, para o sul do país, onde se mantinha a força da revolução federalista contra o governo, ao invés de ir para o norte, direção de Portugal, tomou o governo de Floriano por verdadeira a versão da ajuda portuguesa aos revoltosos na tentativa de derrubar o governo. Rompe relações com Portugal o Marechal Floriano, o que representa mais um dos corajosos atos heróicos, símbolos da urgente necessidade de independência nacional.

⁹⁵ Ibid., p. 419 et. seq.

No ano de 1895 o governo brasileiro recebe um pedido de Portugal para restabelecer as relações amistosas que este possuía para com o país antes da Revolta da Armada.

Com a meta de acabar com as hostilidades do embate, que em muito perturbava a situação econômica portuguesa, diga-se, Prudente de Moraes aceita a trégua. A partir daí desenrola-se a descrição, por parte de Luiz Edmundo, de um dos embates mais curiosos relatados em suas memórias: o da população carioca contra o homem português comum; os comerciantes, os vendedores ambulantes, enfim, as figuras tão conhecidas pela cidade agora tornadas inimigas públicas nacionais.

Um leitor desavisado que tivesse contato com o primeiro volume da obra *O Rio de Janeiro do meu tempo*⁹⁶ poderia supor que o autor também compartilhasse de grande antipatia para com o povo lusitano, uma vez que no livro os portugueses aparecem descritos como possuidores de horríveis hábitos de higiene e de mantenedores de uma mentalidade moral, no ambiente social, deplorável e retrógrada.

Contudo, ao longo do próprio primeiro volume o autor nos fornece a principal ferramenta para o entendimento da sua opinião: a histórica. Seria a história da colonização a responsável pelo próprio propagar, na comunidade lusa que habitava a cidade, da mentalidade colonial. È por esta razão que a República, para o autor, possui um significado tão intenso. No governo de Prudente de Moraes, entretanto, a aversão aos portugueses toma um rumo inesperado para o autor, que não gera nada além de vítimas, os portugueses, que já eram, no entender de Luiz Edmundo, vítimas da própria mentalidade colonial.

O primeiro caso de hostilidade pública para com um português, como conta Luiz Edmundo, se deu contra o diplomata enviado ao Brasil para conversar com o presidente Prudente de Moraes, o encarregado de, em nome do governo lusitano, selar a paz entre as nações:

“Seu desembarque foi assinalado por tumultos notáveis que chegaram até o seio do Parlamento Nacional (...) Mas não ficaram aí as manifestações de desagrado. O carro que conduzia o ilustre português, embora sob a guarda vigilante e numerosa de compatriotas seus, recebeu assobios, chufas, vaias, enquanto eram distribuídos ofensivos panfletos contra o

⁹⁶ Id., *O Rio de Janeiro do meu tempo*, v. 1.

diplomata, tudo no intuito de desluzir as manifestações de apreço que, de antemão, havia-lhe o governo preparado”.⁹⁷

A partir deste episódio, e por conta de larga propaganda feita por determinados jornais extremistas, espalha-se a onda popular de ódio ao português, visto como inimigo comum:

“Havia na cidade dois jornais, verdadeiros pasquins, que exploravam tão lamentáveis ocorrências, açulando, irritando, enfurecendo o povo contra os portugueses: O *Jacobino* e o *Nacional* (...). Do *Jacobino* fez Deocleciano Martir, durante muito tempo, uma tribuna colérica e insidiosa. Ao lado de uns tantos florianistas iracundos, num furor nativista implacável, sacolejava a massa popular, arremessando á mesma conselhos arbitrários, levianas idéias, absurdos planos, sinistras labaredas com as quais pretendia incendiar a consciência nacional”.⁹⁸

Deste trecho se pode retirar três elementos, além daquele que revela a preocupação do autor de fornecer ao leitor um panorama completo do que teria motivado o comportamento hostil da população para com os portugueses. Um dos elementos que salta á vista é a importância que o autor dá aos jornais como veículos provocadores de opinião.

Se no primeiro volume de suas memórias o jornal não possui tamanha importância, sendo muitas vezes as suas informações ignoradas ou até mesmo desacreditadas por grande parte da população, aqui ele aparece como um dos principais órgãos de fomentação política e social.

Outro ponto a ser destacado é o de seus conteúdos. O autor chama os jornais pejorativamente de “pasquins”, na tentativa de desmoraliza-los, os comparando a panfletos, textos satíricos com objetivo de espalhar a infâmia sobre um assunto qualquer.

O objeto posto em xeque por estes jornais, no caso, era o caráter do governo de Prudente de Moraes e a responsabilidade que os portugueses que moravam no país tinham em relação á política nacional, (nenhuma, para Luiz Edmundo).

⁹⁷ Id., *De um livro de memórias*, v. 2, p. 414.

⁹⁸ Ibid., p. 427.

Foram os jacobinos, personalidades brasileiras que faziam parte dos mais variados círculos de pessoas instruídas, como os profissionais liberais, os políticos, os militares e até homens de letras que o autor não menciona os nomes, os responsáveis pela propaganda que, ao utilizar a sátira como veículo principal para chegar às massas fez dos portugueses alvos dignos de piedade e personagens principais dos mais variados tipos de piada.

Estas se espalhavam pela cidade, sendo repetidas nos cafés, nas salas das famílias, nos teatros de revistas e nas casernas. O mau gosto da pilhéria, para Luiz Edmundo, era o responsável pelo sucesso do jornal, que exibia as seguintes notícias:

““No texto verrineiro do Jacobino, veiculam-se notícias loucas como esta: *A patriótica febre amarela matou, pelo correr da semana passada, 110 portugueses. Ou: o português Antônio Manuel da Silva ficou sábado último com a perna esquerda esmigalhada pela roda de um bonde das Laranjeiras. Pobre roda!*””⁹⁹

Apesar do tom satírico do *o Jacobino* ao se referir aos lusitanos, seu editorial era sério. Transcreve Luiz Edmundo o texto, conferindo-lhe caráter de documento:

“Há um século, o jacobinismo em França conseguiu firmar a República contra as facções reacionárias que a dilaceravam internamente e repelir do solo da pátria os exércitos invasores coligados para o restabelecimento da realeza e do domínio clerical. O patriotismo dos jacobinos salva a nação, embora empregando meios violentos. Como combater o mal que nos flagela e que predomina há século? Só pela violência dos meios e pela aplicação de medidas enérgicas é que a República brasileira poderá desbaratar o inimigo comum que a avassala, e salvar-se do torpor em que jaz a Pátria desde o seu descobrimento casual pela lusa gente”.¹⁰⁰

Os jacobinos se manifestavam na cidade, segundo o autor, desde os tempos de D. Pedro I,¹⁰¹ sendo que como o discurso do jornal e similares só servia pra perturbar a ordem e não para motivar maiores reflexões políticas, este não os entendia como porta-vozes de idéias a serem consideradas.

O segundo jornal mencionado pelo autor, o *Nacional*, possuía um caráter menos satírico que o anterior, continuando, todavia, a ser um pasquim. Luiz Edmundo, sobre este não se alonga, mas fornece uma lista de grandes nomes da

⁹⁹ Ibid., p. 428.

¹⁰⁰ Ibid., p. 427.

¹⁰¹ Ibid., p. 429.

literatura e do jornalismo da época que nele contribuía com escritos, como Lindolfo Xavier, Henrique Cândia, Matias de Carvalho e Raul Pompéia.¹⁰² Por possuir esta gama de personalidade de letras talvez o jornal, para o autor, fosse menos “pasquim” que o *Jacobino*, não eximindo Luiz Edmundo, por conta disto, seus participantes da onda de violência que se instalava na cidade.

Machado Neto*¹⁰³, traçando a sociologia da república das letras do Brasil, utilizando um inquérito feito por João do Rio a vários homens de letras no qual perguntava a cada um qual era a importância do jornalismo para a vida intelectual brasileira da época, a partir de uma resposta dada pelo autor aqui analisado, e através da qual este diz que o texto jornalístico, de uma certa forma, tolhia a criatividade dos escritores, afirma que Luiz Edmundo não consideraria o jornal como meio importante de expressão intelectual, funcionando apenas como uma fonte de renda. A resposta dada á João do Rio pelo autor e destacada por Machado Neto foi a seguinte:

““O desgraçado que tem talento, ou cai na coluna diária a matar a sua arte a trezentos mil réis por mês ou vai apodrecer numa cadeira de congresso a ganhar setenta e cinco diários entre os discursos sobre a lei do orçamento e sobre o imposto do gado””.¹⁰⁴

De fato o autor não esconde, durante as suas memórias, as frustrações existentes para o homem de letras que se dedica ao jornalismo. Porém, a resposta isolada do autor acaba, no conjunto da obra do livro de Machado Neto, passando a idéia de que Luiz Edmundo encarava o jornalismo somente como uma forma mecânica de obter uma renda, mesmo que mínima, o que acaba por fazer que se conclua que o próprio, como homem de letras, não dava muita importância a este meio de expressão, pelo qual fazia mais concessões do que obteria vantagens.

Através da leitura das memórias completas de Luiz Edmundo, a presente análise tende a discordar, de forma veemente, desta visão. Um dos motivos para tal divergência de opinião, e, o terceiro motivo pelo qual o autor faz questão de citar os dois jornais extremistas que, ao seu ver, eram responsáveis pela atitude

102 Ibid., p. 429.

103 NETO, A. L. M, *Estrutura social da república das letras*, p. 88.

104 Ibid. , p. 88.

popular de ira para com os portugueses, era ter ele tido consciência de que os jornais, a partir da proclamação da república, são responsáveis por causar conseqüências diretas para a vida social da população da cidade.

Como um bom homem de sua geração, que prezava o individualismo, o brilho pessoal e a criatividade acima de todas as coisas, o autor também apreciava a visibilidade que o meio de comunicação dava ao intelectual que nele escrevia, seja dentro do círculo da vida literária, seja para além dele, como objeto de carinho popular, mesmo que através de concessões a uma literatura mais banal.

A responsabilidade social dos jornais era, para ele, enorme, não sendo o exercício de participar do meio de comunicação apenas uma questão monetária. Pelo contrário, como diz o próprio Machado Neto ¹⁰⁵, raros eram os homens de letras que viviam do jornalismo ou da escrita, possuindo, em sua maioria, outras ocupações. Este era justamente o caso de Luiz Edmundo, que ganhava muito mais dinheiro como despachante da Alfândega e corretor de navios do que como jornalista.

Ser reconhecido dentro do circuito literário, no entanto, e, no caso específico do autor, entender o jornalismo como meio de observação da vida cotidiana dos povos como uma ferramenta de escrita histórica, era o grande atrativo que atraía o autor para os jornais. A idéia era de que, em longo prazo, o texto desempenharia o papel de testemunho social, criando mentalidades possíveis de serem observadas nas ruas. È justamente isto que acontece no caso dos portugueses. Para ilustrar este ponto, se valendo de sua pessoa como testemunha ocular, Luiz Edmundo revela o que provocara os jornais extremistas, durante o governo de Prudente de Moraes, nas ruas da cidade:

“Estava eu, calmamente, da minha alta janela, olhando o logradouro, que vivia a sua maior hora de animação e de movimento, quando ouço, vindos da rua do Rosário, gritos de *Mata! Mata!* E, logo, em correria, uns tantos homens perseguidos por uma multidão alvoroçada. Eram portugueses que fugiam á cólera bestial de um grupo de desvairados patriotas. Vinham os pobres lusos a correr, porém tiveram que parar, medrosos e indecisos, bem em frente ao lugar em que eu me achava, uma vez que surgira, neste instante, um cavalariano da Polícia”. ¹⁰⁶

¹⁰⁵ Ibid., p. 84 passim.

¹⁰⁶ EDMUNDO, L., *De um livro de memórias*, v. 2, p. 424.

As autoridades policiais, que também viam os portugueses como inimigos comuns, procuravam sempre intervir, utilizando conselhos de paz para acalmar a população.

A intervenção, porém, ficava restrita às palavras e aos pedidos de ordem, pois a própria polícia fitava a multidão, que se unia contra os portugueses, com um sorriso, não agindo de forma a atrapalhar o linchamento. A cidade passa a ser compreendida para Luiz Edmundo como local, de um lado, de patriotas desmedidos que, aproveitando-se do caso da participação portuguesa na Revolta da Armada acabavam com a paz da cidade para desestabilizar, principalmente, o governo civil de Prudente de Moraes. De outro lado era reduto inseguro para os portugueses, que se defendiam como podiam.

As casas comerciais portuguesas eram as que mais sofriam e o método de defesa dos portugueses mais eficaz, e que era, segundo o autor, bastante ignorado, era o próprio apoio ao discurso daqueles que os tomavam como inimigos:

“Para evitar depredações, as lojas comerciais pertencentes aos filhos da outra banda, em grande maioria, punham cartazes onde, em letras gordas, liam-se dizeres como este: *Somos amigos do Brasil! Estamos com os brasileiros! Casa Florianista...* meio prudente de evitar possíveis e sanhudos desaforos do povilêu enfurecido”.¹⁰⁷

O Largo de São Francisco, e a Rua do Ouvidor eram os locais preferidos, como conta Luiz Edmundo, para os comícios contra os portugueses e contra o governo oficial. Seus participantes eram, sobretudo, estudantes de medicina, de engenharia e de direito, além de outros que cursavam outras disciplinas na cidade e:

““Os cavalarianos da polícia, em fila, constitucionais e calmos, garantiam, sorrindo, o jorro das expressões violentas que brotavam da boca dos ensandecidos oradores”””.¹⁰⁸

Luiz Edmundo não fornece ao leitor a informação de quando cessam os tumultos contra os portugueses na cidade, mas deixa claro que eles ocorrem durante todo o governo de Prudente de Moraes.

¹⁰⁷ Ibid., p. 424.

¹⁰⁸ Ibid., p. 426.

Acredito, no entanto, que durante o governo de Campos Sales, e a formação das oligarquias estaduais, o cenário político do país tenha mudado de forma a serenar as pretensões dos florianistas e dos militares que só se manifestarão, em nível nacional, alguns anos depois.

O episódio dos linchamentos dos portugueses é o último item do presente capítulo. Foi escolhido como tal porque simbolizaria, na prática, no contexto da análise que Luiz Edmundo faz da cidade, a tomada de posse violenta dos brasileiros de seu território, a expulsão do colonizador. Um pensamento ilustrador de tal idéia é o da cidade como espaço de Modernidade.

Para Luiz Edmundo, a principal cidade de um país deveria ser a cara da Modernidade. Para isto o país deveria desenvolver formas modernas de gerir e organizar seu espaço físico.

A cidade do Rio de Janeiro não era moderna porque além de sua forma administrativa não serem coerente com a modernidade, (imperial e portuguesa: prolongamento da forma colonial de ver a vida), os habitantes mais ilustres destes espaços eram os portugueses, que monopolizavam o comércio e o espaço das ruas através das pequenas lojas e dos vendedores ambulantes.

Em um primeiro momento é proclamada a República, primeiro passo para a entrada da cidade na modernidade. Em um segundo momento cria-se um herói nacional: Floriano Peixoto, um homem que é a cara do país. Como último ato desta cena de tomada do patrimônio histórico nacional aparece o linchamento aos portugueses, por estudantes, patriotas exaltados e o restante da população, que passa a tomar a figura portuguesa como portadora da semente do atraso e da burrice nacional.

Apesar de o autor achar e saber que o ato de vandalismo que a cidade assistiu com o episódio ao ódio pelos lusitanos foi deplorável, insensato e oportunista, na medida em que os patriotas se aproveitavam da situação criada contra os portugueses para abalar o governo de Prudente de Moraes, fica de qualquer modo claro que uma onda de mudança se manifesta na cidade. É a tentativa de se criar uma nova mentalidade para a população, destacada da lusitana de modo radical.

Exemplificado o rompimento através do ataque às casas de comércio e aos portugueses em geral pode, a cidade, dar mais um passo rumo á modernidade: um passo, importantíssimo para Luiz Edmundo, o estético. Na cidade limpa e bonita, agora que é republicana e brasileira, poderá se analisar, no capítulo seguinte, os espaços de modernidade da cidade posterior á reforma de Pereira Passos, a geração Literária de Luiz Edmundo, os espaços de encontro desta geração e quais seriam as próximas medidas a serem tomadas pelos modernos para continuar no caminho da Modernidade.